



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Data: 20/08/2020

Horário: 10:30h

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião, foi feita a apresentação dos participantes.

Tula informou que os representantes do TRE/RJ não poderão participar da reunião durante o período eleitoral.

Dra. Raquel pediu a palavra para fazer uma reflexão sobre a necessidade de se compreender que os documentos físicos. E que esse modelo brasileiro que exige do cidadão o documento físico, o tempo todo, para ele mostrar quem é, não é um modelo ideal, mas ainda existe.

E, que hoje talvez existe uma percepção mais clara de que hoje é necessária uma identidade nacional, um governo mais digital já que a relação do Estado com o cidadão pode ser mais organizada. Já que as coisas que eram naturalizadas no passado, como a prova de vida do INSS, hoje estão causando estranhamento inclusive nos gestores públicos.

E justificou sua fala na necessidade de que haja um local para guardar os documentos da população de rua. Apesar de entender que o ser humano deveria ser atendido independentemente da documentação. E, que isso não é um problema só da população de rua, já que também há uma situação semelhante com a população prisional.

E, que a SEAP hoje tem um acervo de documentação guardada e a população na rua precisando dessa documentação. E, que é necessário que se pense um lugar para que a SEAP guarde esses documentos para entregar aos cidadãos já que cada documento custa dinheiro.

E, que é necessário que algum órgão do Estado ou do Município cuide dessa pauta. E, que talvez o Município seja melhor ainda já que tem o SUAS que está próximo à população.

E, encerrou dizendo que é esse tema é uma reflexão antiga para ser pensada.

Tula sugeriu que essa questão fique como um ponto para a próxima reunião.

Dr. Thales acredita que o grande problema dessa prática será a adesão. E exemplificou dizendo que o policial irá continuar dando a dura mesmo, para saber se ele tem mandado de prisão em aberto.

Dr. Marcos entende que essa decisão deve contar com a participação da população vulnerável, já que não convém ao grupo ficar decidindo por eles, como se a população de rua e a população prisional fossem incapazes.

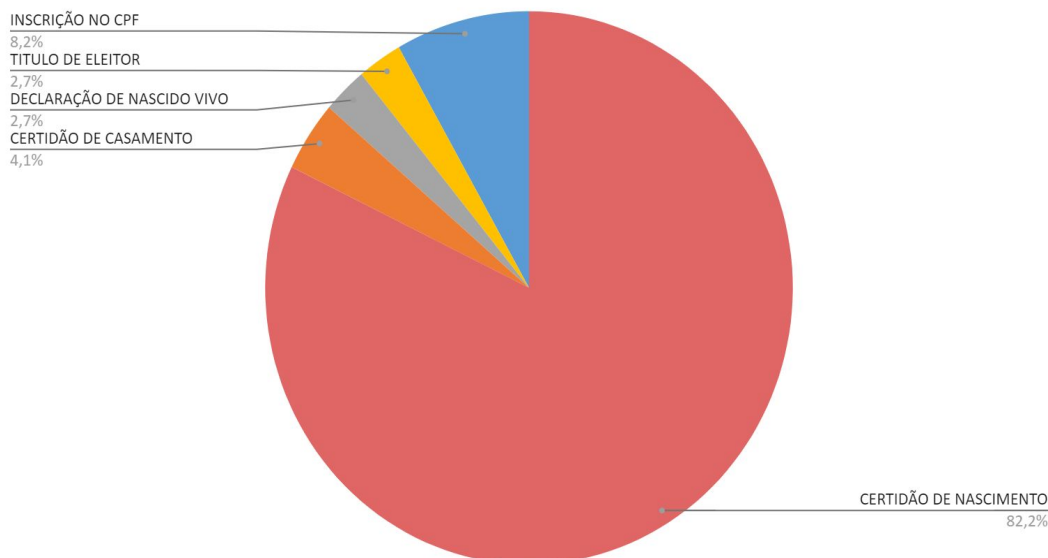
Item 2 – Feedback dos atendimentos realizados durante a pandemia pelo MPRJ/COESB

Tula iniciou a apresentação do Power Point em que mostra o trabalho de atendimento à população realizado a partir da definição pelo grupo. E que são demandas que chegaram através do e-mail coesub@mprj.mp.br.

E que se trata de um primeiro levantamento, mas que este já é capaz de subsidiar a reflexão acerca da política pública para os órgãos, para os cidadãos e para o próprio Comitê Estadual.

E, iniciou explicando que o e-mail começou a receber demandas a partir de 12/05/2020 e o levantamento foi feito até 04/08/2020.

DOCUMENTOS SOLICITADOS (12/05 a 04/08)



Esclareceu que depois de 04/08/2020 já recebeu mais demandas. E, que esse levantamento engloba 73 (setenta e três) solicitações, mas que já ultrapassam 100 (cem).

As solicitações foram preponderantemente de instituições e apenas 2 (dois) pedidos de pessoas físicas.

O documento mais pedido foi a certidão de nascimento. Foram pedidos 60 (sessenta) certidões de nascimento, 3 (três) certidões de casamento, 2 (duas) declarações de nascido vivo, 2 (dois) títulos de eleitor e 6 (seis) CPF's.

Em relação às DN's sugeriu que se retome o fluxo com o GT Unidades Interligadas e com a Oficina das Maternidades, já que são casos de mães que fizeram todo o pré-natal e chegaram ao parto sem documento.



E que dessas solicitações 12 (doze) foram encerrados e 61 (sessenta e um) estão em andamento. E, que 33 (trinta e três) são buscas simples, com dados localizados no SEI ou na CRC, e 27 (vinte e sete) são complexas.

E que 1/3 das certidões são do Rio de Janeiro. E que isso precisa ser trabalhado para que o fluxo fique claro para o usuário tenha acesso direto no balcão do Cartório sem intervenção da Defensoria ou do MPRJ.

As solicitações de segunda via de Certidão de Nascimento têm origem nos seguintes Estados:

ESTADOS DA EMISSÃO DE CN	QUANTIDADE DE CASOS
RIO DE JANEIRO	23
SEM INFORMAÇÃO	13
SÃO PAULO	6
BAHIA	5
CEARA	5
MINAS GERAIS	4
PERNAMBUCO	4
ESPIRITO SANTO	2
PARAÍBA	2
ALAGOAS	1
MARANHÃO	1
MATO GROSSO DO SUL	1
PARÁ	1
PARANÁ	1
RIO GRANDE DO SUL	1

E que, dentre esses casos, existe um Cartório da Bahia pedindo o pagamento de um selo para o envio da Certidão. E perguntou como o Comitê irá fazer para atender essa solicitação. Disse ainda que se informou que o procedimento no SEPEC é um rateio entre os profissionais para custear o selo. E sugeriu que esse seja um ponto para se debater no grupo.

E que os solicitantes foram:

SOLICITANTES	QUANTIDADE DE CASOS
CENTRO POP/NITERÓI	15
INSTITUIÇÃO MARANATHÁ	12
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AD MIRIAM MAKEBA	3
CONSULTÓRIO NA RUA - OSVALDO CRUZ	3
CRAS CAFUBÁ - NITERÓI	3
CREAS MANGARATIBA	3
HOTEL ACOLHEDOR SANTA COMBA CPA IV	3
IGREJA PRESBITERIANA DO GRAJAÚ	3
TOCA DE ASSIS	3
CAPS II NEUSA SANTOS SOUZA	2
CGE	2
COMITÊ DE QUEIMADOS	2

CREAS DANIELA PEREZ	2
OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE BOTAFOGO	2
SOLICITAÇÕES INDIVIDUAIS	2
CENTRO POP JOSÉ SARAMAGO	1
CLÍNICA FAMÍLIA FAIM JOSÉ PEDRO	1
COLÔNIA JULIANO MOREIRA	1
COMITÊ DE BELFORD ROXO	1
COMITÊ MUNICIPAL DE MAGÉ	1
COMITÊ SÃO GONÇALO	1
CREAS SIMONE DE BEAUVOIR	1
HOSPITAL MIGUEL COUTO	1
INCA	1
MPRS	1

E disse que o Centro POP/Niterói foi a instituição que mais fez solicitações. Ressaltou que Niterói tem Comitê Municipal, o que mostra a necessidade de se fortalecer os Comitês Municipais.

E terminou a apresentação agradecendo a atuação da equipe da COESUB que está trabalhando imensamente nesses casos.

E questionou por que o Posto Méier ainda não voltou a funcionar. E por que na tela do SEI do DETRAN não tem preenchido o nome do Cartório de Lavratura do Registro.

E pediu que o grupo retome a discussão sobre a apresentação da Certidão de Nascimento para emissão da segunda via.

Luana relatou o caso da pessoa que foi institucionalizada por questão de saúde mental, oriunda de São Paulo, em que o Trece atuou conjuntamente, e foi descoberto o desaparecimento dela em 2015 com o filho. Mas o filho não foi localizado ainda.

Tula disse que o PLID/MPRJ fez contato com São Paulo.

Luana lembrou que a moça não quer retornar para a família. Ela quer retornar para a rede de São Paulo.

Tula agradeceu também a Flora e a Carolina Cruz pelas buscas realizadas na CRC e no SEI, enquanto a equipe estava inteiramente em trabalho remoto.

Dr. Marcos sugeriu que todos esses pontos sejam discutidos em prol de qual será o encaminhamento dado a eles.

Dra. Raquel parabenizou o trabalho da equipe da COESUB. E disse que a primeira demanda lembra o passado do Comitê que era ensinar o fluxo de trabalho para os Comitês Municipais. E ressaltou que o SEPEC continua sendo demandado por solicitação de segunda via de Certidão acessível.

E, sugeriu que se pense em um evento estadual com os Comitês Municipais, resgatando a pauta do “como fazer?”, “o que é CRC”, “onde pesquisar no banco de nascimento e óbito”. E, ainda, pensar junto com a ARPEN o que está sendo feito para divulgar a CRC, já que é uma necessidade, principalmente dentro do próprio Estado.

Dr. Marcos perguntou como seria para organizar o evento.

Dra. Raquel disse que seria uma coisa simples, mas que deveria haver uma vontade da Susan e da Jovita.

Susan disse que já estava pensando na capacitação e que pretende organizá-lo o quanto antes e se colocou à disposição.

Carolina Cruz concorda com a importância de se divulgar a CRC. E, lembrou que também se trata de uma mudança de mentalidade do próprio Cartório.

Tula perguntou à Carolina Cruz sua opinião sobre o acesso dos Comitês Municipais para consultar diretamente a CRC, sem precisar se deslocarem até os Cartórios.

Carolina Cruz disse que o acesso é feito por convênio, com regras específicas, mas ela disse que acha ótimo que se libere esse acesso.

Dra. Eliane perguntou quais são as exigências e quais os entes que podem acessar a CRC e qual o documento administrativo utilizado para autorizar o acesso.

Carolina Cruz respondeu que o documento é um termo de convênio e que a autoridade indica quem irá acessar. Mas não soube responder exatamente quais são as autoridades que podem acessá-la. E, que o gestor da CRC é a ARPEN nacional, mas quem dá as diretrizes é o CNJ.

Dra. Raquel explicou que a CRC é um balcão virtual, que é uma coisa muito positiva, e um banco de dados de Registro Civil, mas que ela não gosta dessa ideia. E que há um conflito permanente entre a CRC e SIRC. E que ela pensa que o banco de dados dever ser da SIRC, já que um banco de dados pública tem que ter uma gestão pública.

E, sugeriu que o evento dos gestores estaduais convide explicitamente os Cartórios para que os Registradores participem, e sugeriu o nome em torno de “Lições da Pandemia para o Registro Civil”.

Dra. Eliane corroborou com a preocupação exposta sobre o acesso de dados da CRC. E, sugeriu que se pense sobre essa lógica de acesso atual.

Dr. Marcos acredita que os Comitês têm que ter acesso aos dados. E perguntou se os dados de Registro Civil estão cobertos pelo sigilo.

Carolina Cruz disse que quando pesquisa o Registro de Nascimento de alguém, só aparece qual o Cartório onde o mesmo foi lavrado. E sobre quem poderá ter acesso à CRC, está regulamentado no Provimento nº 46 do CNJ (art. 13)

Dr. Marcos lembrou as pautas que são: o evento de capacitação, a necessidade de apresentação da Certidão de Nascimento para emissão da segunda via.

Nathália informou que a Diretoria do DETRAN/RJ já organizou um grupo de estudos para analisar o Decreto 9278, art. 4º, §3º. E, adiantou que o Diretor se mostrou bastante solícito em discutir a questão.

Dr. Marcos sugeriu que seja enviado um ofício para o DETRAN/RJ sugerindo a participação de alguém do grupo no referido grupo de estudos.

Tula perguntou como estão sendo os pedidos de registro tardio.

Dra. Fátima informou que está tudo sendo feito de maneira remota e o processo segue de maneira remota.

Tula perguntou para onde encaminha os casos de sub-registro oriundos do atendimento dos casos da pandemia.

Dra. Fátima disse que deverão ser encaminhados aos núcleos de primeiro atendimento da Defensoria.

Tula perguntou como serão encaminhados os casos que tiveram as suas buscas findadas, já que se trata de uma ação do Comitê Estadual e a COESUB está realizando as buscas até onde elas são possíveis. E, que posteriormente o Comitê Estadual tem que assumir esses casos. E, manifestou o entendimento de que esses casos deveriam ir para a Defensoria em articulação com o ônibus do sub-registro. E, que acredita ser inadequado encaminhar as pessoas para o primeiro atendimento da Defensoria após o fim das buscas.

Dra. Fátima disse que pode encaminhar os casos para a Defensoria e que tem um bom trânsito nos núcleos de primeiro atendimento. E, esclareceu que a atual política do NUDEDH é de atuação coletiva e tem atribuição para atuar em todo o Estado do Rio de Janeiro. E, disse que está concorrendo ao NUDEDH, mas que teria que estar lá dentro para poder atuar. E, que até o dia 03/09 terá uma resposta.

Disse ainda que todos os Defensores têm atribuição para atuar nos processos de sub-registro, desde a campanha realizada em 2008. E que mesmo que não seja nomeada pelo NUDEDH, irá conversar com o Fábio, tanto para atuar em demanda coletiva, como em demanda individual.

Tula perguntou o que será feito agora, com esses procedimentos que estão em curso.

Dra. Fátima sugeriu que seja feito o encaminhamento para os Núcleos de Primeiro Atendimento ou para o Ônibus da Justiça Itinerante.

Dra. Eliane disse que apesar de ser um caminho mais demorado, a opção seria encaminhar para os núcleos mesmo.

Dra. Raquel disse que a Justiça Itinerante está aberta a desburocratizar para dar acesso. E, se dispôs a fazer a intermediação, caso seja necessário.

Dra. Fátima disse que a Defensoria tem a Coordenação da Dra. Carolina Anastácio.

O grupo decidiu que a COESUB fará o levantamento dos casos de sub-registro para articular com a Dra. Fátima.

Tula pediu ainda que a Susam avalie com a Jovita a possibilidade de retorno do GT Capacitação.

A próxima reunião foi agendada para o dia xx/xx/2020, às 10:30h.